UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

CAMPUS BAIXADA SANTISTA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

PRODUTO FINAL DA DISSERTAÇÃO:
AS AÇÕES DO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR NA CIDADE DE SANTOS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Leila de Souza Ganem

Santos

2018

Leila de Souza Ganem

PRODUTO FINAL DA DISSERTAÇÃO:
AS AÇÕES DO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR NA CIDADE DE SANTOS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Produto Final, parte integrante da Dissertação "As ações do Atendimento Pedagógico Domiciliar na cidade de Santos: Possibilidades e Desafios" apresentada à Universidade Federal de São Paulo para obtenção do título de Mestre Profissional em Ensino em Ciências da Saúde.

Linha de Pesquisa: Educação em Saúde na Comunidade.

Santos

2018

Fotografia do grupo de trabalho

“O importante não é ver o que ninguém nunca viu, mas sim, pensar o que ninguém nunca pensou sobre algo que todo mundo vê”.

Arthur Schopenhauer

JUSTIFICATIVA

> ... entrar a fundo em uma história de vida não é possível sem emoção, sem intensidade, sem vibração...” (KAUFMANN, 1996 p.77).

Este produto fundamenta-se na dissertação intitulada: “As ações do Atendimento Pedagógico Domiciliar na cidade de Santos: Possibilidades e Desafios”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências da Saúde, na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), atendendo ao requisito do Mestrado Profissional que deve incluir, além da dissertação, um produto final que parte da problematização da realidade profissional, devendo propor uma possibilidade de intervenção visando o aprimoramento do processo estudado.

O produto aborda o tema da Inclusão Escolar como garantia de possibilidades para todos, conforme norteadores legais e o Atendimento Pedagógico Domiciliar, que preconiza a educação formal para crianças e adolescentes em condições de adoecimento ou com deficiências graves, impossibilitadas de ter frequência regular na escola.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) elaborou, em 2002, um documento de estratégias que normatizam o atendimento educacional em ambientes hospitalares ou domiciliares, como modalidade de Ensino da Educação Especial, com o objetivo de atender as crianças e adolescentes em situação de hospitalização, de atendimento hospital-dia, ambulatorial ou em casas de apoio como atendimento domiciliar.

Pensar na educação fora dos “muros da escola” é compreender os diversos campos de atuação pedagógica, em novos espaços, tempos e formas para aprender. O professor pode estabelecer uma comunicação mais próxima e afetiva, criando possibilidades de trocas e interações que aliviam esta etapa do adoecimento, favorecendo o retorno para escola de origem após o reestabelecimento da saúde, em algumas ocasiões. Porém, a função do profissional da educação fora da escola ainda é um desafio e causa certo desconforto entre os docentes, principalmente considerando que a formação inicial prioriza o atendimento aos alunos nos ambientes regulares de ensino.

Estudos de Fonseca e Ceccin (1999), Fonseca (1999, 2008, 2015), Fontes (2005),

Albertoni, Goulart e Chiari (2011) defendem que a criança doente e/ou hospitalizada, independente do período de permanência no hospital ou no ambiente domiciliar e da natureza de sua enfermidade, tem direito de escolarização garantido pela Constituição Brasileira e pelas leis que são especificamente dedicadas às crianças em situação de hospitalização e/ou adoecimento (BRASIL, 1995, 2002).

A partir das orientações legais verifica-se o reconhecimento e validação da necessidade de escolarização para crianças e adolescentes em tratamento de saúde e/ou internação. A pesquisa geradora deste produto apresenta um panorama sobre o Atendimento Pedagógico Domiciliar na cidade de Santos, objetivando contribuir para a melhora do serviço realizado no município, assim como ser direcionadora para a implantação em outras cidades, garantido a visibilidade e o direito a estudantes que vivenciam momentos de saúde já fragilizados.

Ao analisar o referencial teórico sobre a temática do Atendimento Pedagógico Domiciliar, é perceptível a restrição de material acadêmico. Este estudo torna-se relevante na contribuição com práticas sobre o Atendimento Pedagógico Domiciliar e por possibilitar novas formas para o necessário aprofundamento na temática. Ainda nota-se uma prática fragmentada. Apesar de diferentes áreas do conhecimento envolverem-se nesta questão, não atuam conjuntamente na intenção de traçar um plano de atendimento que contemple as necessidades deste aluno e o suporte necessário para a ação pedagógica.

Neste sentido, o produto final deste estudo propõe o aprimoramento das ações do Atendimento Pedagógico Domiciliar desenvolvido na cidade de Santos, tendo em vista as possibilidades e desafios apontados na pesquisa, derrubando barreiras que se iniciam pelo desconhecimento sobre o direito de continuidade de escolarização no tempo que o estudante estiver impedido de frequentar a escola. Acrescentam-se o aperfeiçoando da atuação docente através de ações construídas conjuntamente com outros professores e da articulação com profissionais da saúde que manifestem interesse em colaborar neste processo.

PÚBLICO – ALVO

O público alvo serão os professores da Secretaria da Educação (SEDUC) de Santos que atuam no Atendimento Pedagógico Domiciliar, os profissionais da Equipe Gestora das Unidades Municipais de Ensino (UMEs) onde os alunos estejam matriculados, profissionais

da Saúde, tanto do setor público, quanto filantrópico e particular, docentes e alunos de Universidades públicas e particulares que manifestem interesse em participar dos “espaços de estudo e reflexão”.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar a reflexão e discussão sobre possíveis ações de intervenção a partir dos achados na pesquisa favorecendo a educação de crianças e adolescentes pertencentes ao Atendimento Pedagógico Domiciliar, estabelecendo um processo colaborativo entre os atores envolvidos e promovendo ações intersetoriais que potencializem e apoiem a atuação dos professores e a participação dos estudantes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar os resultados do estudo para os sujeitos da pesquisa e profissionais da Seção de Educação Especial (SEDESP) da SEDUC de Santos como forma de refletir sobre o processo de trabalho do Atendimento Pedagógico Domiciliar e criar possibilidades conjuntas de intervenção que aprimorem a atuação dos professores;

- Estimular a reflexão sobre as possibilidades de constituição de uma prática apoiadora transdisciplinar para potencializar e qualificar a atuação docente instituindo encontros permanentes de discussões com os professores que atuam no projeto, a Equipe Gestora da UME, profissionais da saúde, docentes e estudantes universitários que manifestem interesse;

- Discutir e elaborar coletivamente estratégias de intervenção na implantação de atividades assertivas para crianças e adolescentes inseridos no Atendimento Pedagógico Domiciliar;

- Promover reflexão acerca deste atendimento e a atuação docente propiciando um espaço de reflexão e discussão sobre as necessidades específicas para o Atendimento Pedagógico Domiciliar, instrumentalizando os professores através da partilha e estudos de caso relacionando conhecimentos teóricos com as práticas vivenciadas;

- Sensibilizar professores e profissionais da saúde para a necessidade e importância de ações intersetoriais favorecendo o Atendimento Pedagógico Domiciliar;

- Propor espaços de estudo e reflexão, oficinas de aperfeiçoamento, aprimoramento e qualificação aos professores de acordo com as demandas identificadas, possibilitando a troca de conhecimentos, experiências individuais e coletivas, valorizando a vivência pessoal e profissional de cada participante;

- Vincular parcerias dos profissionais das UMEs com universidades que proporcionem e promovam intercâmbios de ideias, pesquisas e proposição de ações;

- Disponibilizar um roteiro de normatização e ações para os profissionais envolvidos no Atendimento Pedagógico Domiciliar em situações diferenciadas como formações em serviço de Orientadores, Coordenadores, Diretores, Supervisores e Professores para o conhecimento e compreensão das possibilidades e desafios deste atendimento;

- Proporcionar subsídios para a SEDUC, propondo ajuste e adequação na Portaria Municipal que o regulamenta o Atendimento Pedagógico Domiciliar, sobre a garantia ao professor, durante sua jornada de trabalho, de busca por ações intersetoriais objetivando fortalecer a sua ação e atuação pedagógica.

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

A partir dos estudos levantados, da interpretação dos dados da pesquisa e da experiência profissional da pesquisadora elencam-se ações importantes para o projeto de intervenção aqui proposto.

1. Efetivação da Garantia de ações Intersetoriais entre Educação e Saúde, na Portaria Municipal que regulamenta o Atendimento Pedagógico Domiciliar

Com base no estudo do percurso histórico do Atendimento Pedagógico Domiciliar e da sua normatização na cidade de Santos, percebe-se a insuficiência de diretrizes claras e adequadas para a implementação de políticas públicas que fortaleçam ações intersetoriais, favorecendo maior unificação no serviço oferecido.

O presente estudo já resultou em uma proposta para a seção responsável pelo gerenciamento deste atendimento e mobilizou a inserção, nas Diretrizes da SEDESP para o ano de 2018, o favorecimento de ações intersetoriais, assim como o acompanhamento mais próximo por profissionais da Equipe Gestora das UMEs, das demandas do Atendimento

Pedagógico Domiciliar, conforme pontuado no item 10 das normativas de trabalho para os Orientadores Educacionais das UMEs:

> [...] 10. Nas UMEs onde estão matriculados alunos em Atendimento Pedagógico Domiciliar, o Orientador Educacional favorecerá a articulação entre o professor que atende o aluno, os professores titulares de classe e profissionais da saúde que acompanhem o discente (DIRETRIZES 2018/ SEDESP/SEDUC/Santos, p.31).

Porém, as ações propostas nas diretrizes ainda mostram-se insuficientes para a garantia da efetivação do serviço. É importante que a proposta de ações intersetoriais envolvendo profissionais da Educação e da Saúde seja explícita na Portaria Municipal que regulamenta o Atendimento Pedagógico Domiciliar para os próximos anos, visando garantir efetivamente melhor instrumentalização do docente que atua neste contexto e da Equipe Gestora da UME onde o aluno encontra-se matriculado.

Vale ressaltar que este aprendizado beneficiará tanto os alunos e professores desta modalidade de atendimento, quanto os alunos e professores que atuam no âmbito escolar, pois objetiva-se que os profissionais sejam multiplicadores de conhecimentos e informações em momentos coletivos nas UMEs.

2. Parcerias Ativas e Construção Conjunta de Ações Formativas para o Atendimento Pedagógico Domiciliar

A participação ativa dos docentes que atuam no contexto domiciliar no processo de construção, de reflexão, de conscientização sobre as necessidades e proposição de um plano de ação efetivo, geram maior envolvimento e comprometimento dos atores envolvidos. É preciso abrir espaço para a discussão dos problemas reais de forma coerente, sem a simples adesão ao que vem imposto verticalmente e que, em alguns momentos, pode não corresponder às necessidades dos professores para este tipo de atendimento. Fortalece esta ideia, o apontamento de Canário (2006) que atribui o insucesso de muitas políticas educacionais ao caráter autoritário e fragmentado, defendendo a construção de saídas positivas no coletivo:

> “A descoberta de caminhos fecundos que permitam a produção de mudanças qualitativas e pertinentes nas escolas supõe a possibilidade de fazer professores produtores de inovações, articulando, no seu exercício profissional, a produção de mudanças com dimensões da pesquisa e da formação” (p.19).

O autor complementa dizendo que para intervir não e obrigatório, necessariamente, acrescentar recursos, pode-se organizar os recursos existentes de modo diferente. Essa reorganização envolveria acolhimento, escuta dos professores e profundidade nas discussões para mudanças nas estratégias de acompanhamento do Atendimento Pedagógico Domiciliar. Corroborando esta afirmação, Nóvoa (2009) destaca que os dispositivos de (auto) formação podem ser assistidos e participativos diversificando as modalidades de apoio que favoreçam a todos os envolvidos.

Os questionamentos pontuados pelos professores na pesquisa e nas visitas de gerenciamento do Atendimento Pedagógico Domiciliar indicam que o formato das capacitações em andamento, constitui-se uma excelente conquista e tem sensibilizado muitos profissionais, mas não tem alcançado mudanças efetivas, deixando a certeza da necessidade de acompanhamento mais pontual e efetivo dos professores que atuam no âmbito domiciliar.

Nota-se a necessidade de um acompanhamento próximo pelo setor responsável, da efetivação das reuniões mensais de trabalho e da criação de “espaços de estudo e reflexão” para docentes, profissionais da Equipe Gestora, da Saúde, estudantes universitários e convidados interessados no aprimoramento e aperfeiçoamento profissional relacionado a atuação no Atendimento Pedagógico Domiciliar.

O estudo propõe ofertar ajuda àqueles que reconhecem essa necessidade e anseiam por ela, além da rica partilha de vivências e saberes. Propõe-se que nos encontros sejam apresentadas trocas de experiências, sistematização de aprendizados, estudo e discussões de casos, construção de estratégias pedagógicas e conversas inspiradoras, onde saberes diferenciados colaborem efetivamente com a construção conjunta de propostas de ação neste serviço.

Faz oportuno ressaltar que na rede municipal de ensino de Santos, há um Regimento Escolar que prevê nas atribuições do Coordenador Pedagógico, ações formativas sobre temáticas que atendam as demandas escolares. É necessário instrumentalizar estes profissionais para que fomentem essas ações. Por vezes não se percebe esta construção nas UMEs e sim a solicitação de “propostas prontas”, continuando caracterizada a demanda vertical em situações formativas.

Compreende-se que a complexidade das ações, o pouco conhecimento e as demandas

internas das UMEs acabam dificultando a idealização e o compromisso com um projeto de formação continuada centrada na escola, como propõem Cunha e Prado (2012), ancorados em Canário (2006), quando confirmam que a formação deve privilegiar a reflexão sobre a prática, o diálogo com a teoria, potencializando o aprendizado individual e coletivo, pessoal e profissional.

3. Ações Intersetoriais e Colaborativas

> [...] quando se fala de alunos com comprometimentos [...] há a necessidade de se estabelecer uma relação horizontal de trocas e de trabalho coletivo, assim, de acordo com Mendes (2006), o trabalho colaborativo pode diminuir as distinções de papel existentes entre profissionais, a fim de que cada um possa fazer o melhor uso possível de seus saberes (MANTOVANI; CAIADO, 2011, p.86).

A reflexão sobre o binômio educação/saúde com a articulação entre saberes colaborando na construção de planos de ação, favorecendo a formação, atuação do professor e dos profissionais da saúde, constitui um dos questionamentos defendidos neste estudo. A partilha de experiências oferecida por essa articulação determina maior comprometimento de todos e mobiliza novos e assertivos posicionamentos.

Inojosa (2001) define intersetorialidade ou transetorialidade como a articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e a avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas. Ultrapassa o juntar de setores, objetivando criar nova dinâmica de articulação entre profissionais.

Conforme pontua Inojosa (2001) pensar em intersetorialidade deve remeter a uma verdadeira rede de compromisso, onde instituições, organizações e pessoas se articulam em torno de uma questão da sociedade, programam, realizam ações integradas e articuladas, avaliam juntos os resultados e reorientam ações. O governo é parte dessa rede com propostas de planejamento com base regional e assumindo a corresponsabilidade. Porém, verificam-se as instituições agindo de forma coerente com suas propostas, mas de maneira isolada e desarticulada.

A autora tece comparação com os estudiosos que discutem a transdisciplinaridade e ressaltam que o objetivo não é desprezar ou ignorar as disciplinas, e sim, promover uma comunicação verdadeira entre elas. Reflete que transportando para o campo das organizações,

continuam existindo saberes específicos, mas com a possibilidade de planejar as ações de forma diferente.

O trabalho transdisciplinar implica a articulação de ações que visam o bem-estar dos alunos, gerando maior efetividade e uma construção coletiva para atingir metas importantes, tanto para a área da saúde quanto para educação. No caso de alunos hospitalizados ou com impedimento de frequência regular na escola, esta ação torna-se fundamental.

A articulação entre profissionais da Educação e da Saúde está presente em documentos legais como a Resolução nº 2 de 2001, quando se refere ao papel dos demais profissionais em relação à escola inclusiva, na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), que na universalização do acesso à educação trata de estratégias que visam à garantia de articulação intersetorial, entre as políticas públicas e as ações conjuntas de profissionais das áreas da saúde, assistência social e educação no apoio escolar e atuação colaborativa que supere a fragmentação dos saberes e fazeres nas diferentes instâncias do atendimento e reforçada na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

Percebe-se a relevância da aproximação entre a Educação e a Saúde e observa-se que não é proposta recente. Faz-se indispensável, neste diálogo, a percepção de possibilidades de aprendizagens que ambas podem se valer para contribuir na recuperação e retomada da vida mais próxima do normal para crianças e adolescentes com questões diferenciadas de saúde ou com deficiência.

Porém, como pontuam Silva, Molero e Roman (2016), há insuficiência nesta articulação, permanecendo a saúde na posição de “saber especializado” supostamente capaz de sanar dificuldades da educação, sem a necessária reorganização de práticas educacionais. Os autores reforçam a necessidade de efetiva colaboração em que conservem suas especificidades e se enriqueçam reciprocamente. Muitas vezes, os profissionais da saúde também desconsideram as ricas e oportunas contribuições que o “olhar do professor” traz, apontando para capacidades, conquistas e possibilidades.

Nos “espaços de estudo e reflexão” propostos neste produto final, estão previstos momentos diferenciados que envolvam os professores, profissionais da Equipe Gestora das UMEs, da saúde, da assistência social e das Universidades interessados, com o intuito de

ampliar as ações e refletir sobre questões relativas ao contexto domiciliar e escolar.

Algumas ações podem acontecer nas próprias UMEs, num primeiro momento, para posterior ampliação e interseção entre as unidades de ensino. Em seus estudos, Canário (2006) pondera sobre a valorização do estreitamento nas relações para analisar umas às outras, comunicar inovações, interagir reciprocamente num processo que ele nomeia como "ciclo de resolução de problemas".

Cunha e Prado (2012) propõem um modelo de formação horizontal, em que as pessoas aprendem e ensinam mutuamente com identificação de necessidades, propostas de mudanças e, principalmente, como defende Freire (2005), com a consciência da incompletude, que nos mobiliza a respeitar o saber do outro e com ele aprender. Reflete-se nesta oportunidade sobre a ruptura de um trabalho fragmentado, de comodismos, passividades e resistências.

Esta é uma das propostas sugeridas no "espaço de estudo e reflexão" visando aproximar as escolas, os profissionais interessados, de forma que compartilhem das necessidades e prioridades de cada realidade, sustentando as ações formativas do grupo e garantindo a implantação de uma rotina de estudo e reflexão.

A articulação intersetorial constitui-se uma forte possibilidade de ampliação do olhar, engajando novas ações em prol da aprendizagem e da atuação docente. A proposta de intervenção, nos "espaços de estudo e reflexão", proporciona a formação dos professores, gestores e demais interessados nas situações de trabalho, mobilizando ao mesmo tempo mudanças individuais e organizacionais. O diálogo entre profissionais oportuniza situações significativas de construção de conhecimento e de aprendizagem na interação com o "outro". Busca-se o aprimoramento dos profissionais envolvidos que, unidos, se fortalecem para apoio colaborativo e transformação do serviço em que atuam.

4. Dinâmica de um encontro do "Espaço de Estudo e Reflexão"

- Dinâmica de boas vindas;

- Apresentação do filme de animação "Piper" dirigido por Alan Barillaro, para estimular a reflexão do cotidiano do trabalho no Atendimento Pedagógico Domiciliar;

- Discussão sobre o filme relacionando-o com o processo de trabalho;

- Apresentação dos resultados desta pesquisa, utilizando-se uma apresentação em PowerPoint para favorecer a visualização do percurso metodológico e dos apontamentos para redirecionar a prática de apoio;

- Estudo de caso;

- Discussão e propostas de alternativas de intervenção;

- Definição conjunta de cronograma e de atividades dos demais encontros.

Estuda-se a possibilidade da criação de um espaço numa Plataforma Virtual da SEDUC para troca de informações, textos acadêmicos, dúvidas, registros, esclarecimentos, vídeos, comentários, fóruns de discussão, troca de e-mails, entre outros. Esse seria um excelente recurso para comunicação e estreitamento de vínculo entre os participantes dos "espaços de estudo e reflexão", numa rede colaborativa, desbravando os desafios do tempo.

RESULTADOS ESPERADOS

Ao final deste estudo, objetiva-se o aumentar o acesso à informação e ampliação das discussões em vistas de trazer benefícios aos professores, profissionais da escola, da saúde e, principalmente, das crianças e adolescentes que fazem parte do programa, na medida em que contribuem para a reflexão das necessidades, perspectivas, possibilidades e desafios na atuação com estudantes do Atendimento Pedagógico Domiciliar, como disparadores para aprimoramento da prática pedagógica.

AVALIAÇÃO

O processo de avaliação será contínuo ao longo da proposta através da autoavaliação dos profissionais e dos objetivos propostos. O "espaço de estudo e reflexão" será analisado pelos próprios participantes à medida que os encontros forem acontecendo, possibilitando ajustes, adequações e replanejamentos no decorrer do processo e dos encontros.

Desta forma manter-se-á o aspecto dinâmico e a garantia de participação dos profissionais envolvidos nos espaços de estudo e reflexão. Cabe ressaltar que, conforme esta proposta for acatada, pode ser submetida a ajustes de acordo com as demandas, necessidades

e características do público alvo e da seção responsável por este gerenciamento.

Acredita-se no aspecto inovador desta temática e nas contribuições para que a rede municipal de educação do município de Santos torne-se referência para o acompanhamento do Atendimento Pedagógico Domiciliar, além de incentivar outros desdobramentos, promovendo investigações e estudos acerca do tema.

REFERÊNCIAS

ALBERTONI, C.C., GOULART, B.N.G., CHIARI, B.M. **Implantação de Classe Hospitalar em Hospital Público Universitário de São Paulo**. Revista Brasileira: Crescimento e Desenvolvimento Humano. v. 21 (2) p. 362-367, 2011.

BRASIL. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Direitos da criança e do adolescente hospitalizados**. Resolução n. 41, de 13/10/1995. Brasília/DF: Imprensa Oficial, 1995. Acesso 12 jun.2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEN n. 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. *In:* BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: SEESP, 2001, p. 68-79. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2017.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília, 2015. Acesso 11 mai. 2017.

CANÁRIO, R. **A escola tem futuro? Das promessas às incertezas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CECCIM, R. B. **Classe hospitalar: encontros da educação e da saúde no ambiente hospitalar.** Revista Pátio, ano 3, nº 10, Ago/Out p.41-44. 1999. Acesso em 16 abr. 2017.

CUNHA, R. B.; PRADO, G. V. T. **Sobre importâncias: a coordenação e a conformação na escola**. In: PLACCO, V. M. N. S.; ALMEIDA, L. R. (Org.). O coordenador pedagógico e os desafios da educação. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2012, cap. 3, p. 37-49.

FONSECA, E.S. **Classe Hospitalar: ação sistemática na atenção às necessidades**

pedagógico educacionais de crianças e adolescentes "hospitalizados". Temas sobre Desenvolvimento, v.8, n.44, p.32-37, 1999. Acesso em 05 mai. 2017.

FONSECA, E. S., CECCIM, R.B., **Classe hospitalar: buscando padrões referenciais e atendimento pedagógico-educacional à criança e ao adolescente hospitalizado**. Revista Integração: diversidade na educação. Ano 9, nº 21, p. 31-40. Brasília, 1999.

FONSECA, E. S. **Atendimento escolar no ambiente hospitalar.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Memnon, 2008.

FONTES, R. S. **A escuta pedagógica à criança hospitalizada: discutindo o papel da educação no hospital.** Revista Brasileira de Educação, n. 29, pp. 119-138. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a10.pdf. 2005. Acesso em 05 jun. 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

INOJOSA, R. M. **Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade.** Cadernos FUNDAP. n º 22. p.102-110. São Paulo. 2001. Disponível em http://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf. Acesso em 13.dez.2017.

KAUFMANN, J.C. **L'entrétien compréhensif**. Paris: Nathan Université, 1996.

MANTOVANI, J.V.; CAIADO, K.R.M. **Formação de professores para a escola inclusiva: contribuições da terapia ocupacional ao aluno com deficiência física**. Revista de Educação PUC Campinas. v. 16, nº 1. 2011. Disponível em: http://periodicos.puc-campinas.edu.br/ seer/ index.php/reveducacao/article/view/46. Acesso em 23 set. 2017.

NÓVOA, A. **Professores: Imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

SILVA, C.C.B, MOLERO, E.S.S., ROMAN, M.D. **A Interface entre Saúde e Educação: percepções de educadores sobre educação inclusiva. Psicologia Escolar e Educacional.** v 20, nº 1, p. 109-115, Janeiro/Abril de 2016. São Paulo, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0201934. Acesso em: 5 set.2017.